



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

“30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!”

Regulação e Redes de Atenção à Saúde

SAÚDE PRIORIDADE – CONSULTAS E EXAMES – UM OLHAR DIFERENCIADO PARA RESOLUÇÃO DA DEMANDA POR RECURSO.

Amanda Pansani Tavares Steffen , Edson Massamori Nakazone, Tadéia Gusmão Muritiba Buchmann, Soraia Almeida Gonzalez, Cassia Cristina Miracle Venci Gonzalez, Denise Peselli Alexandre, Ana Lucia Scodiero Consonni

1 Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo - Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo

São Bernardo do Campo

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O movimento para resolução de toda demanda por recurso, vem sendo avaliado e instigado a discussão pelo Ministério da Saúde desde 2008. Tendo em vista a Portaria Nº 1.559 de 1º de Agosto de 2008, que institui as Políticas de Regulação no âmbito do SUS. Essa política surge da desproporcionalidade entre a oferta e demanda dos diferentes recursos. Em somatória a este panorama, delibera-se a Portaria nº 1.631 de 1º de Outubro de 2015, que aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS. Em seu Art. 4º dispõe: “ Os parâmetros de planejamento e programação são referenciais quantitativos indicativos, sem qualquer caráter impositivo ou obrigatório, visando à equidade de acesso, a integralidade e a harmonização progressiva dos perfis da oferta das ações e serviços de saúde.”. E prossegue no § 1º “Os Estados e Municípios podem promover a sua alteração, realizando os ajustes necessários para adequação à realidade epidemiológica, demográfica, patamares de oferta e ao estágio de estruturação da Rede de Atenção à Saúde existente em seus territórios.”. Justificado normativamente, e entendendo a necessidade de oferecer o recurso adequado aos mais necessitados, criou-se o Programa Saúde Prioridade, cuja prerrogativa foi a de liquidar toda a demanda por recurso, que em janeiro de 2017 era da ordem de 49.611 consultas e 21.051 exames, no município de São Bernardo do Campo.

OBJETIVOS

Proporcionar o acesso aos serviços especializados (consultas e exames), em um prazo máximo de 90 dias, segundo os critérios de priorizações, definidos pelos protocolos de acesso. Além de balizar a oferta e demanda por recurso, para garantir o atendimento integral e equânime a população de São Bernardo do Campo.

METODOLOGIA

Foram contratados profissionais de diversas categorias, no total de 444. Destes, 220 médicos, 61 enfermeiros e 163 técnicos de enfermagem. Isso para garantir a assistência com maior qualidade e assegurar a manutenção da oferta. Ao mesmo tempo, com o redesenho das agendas médicas conseguiu-se a ampliação desta oferta. Foi estimado um recurso de aproximadamente R\$2.000.000,00 (Dois milhões de reais) para a execução daquilo que somente com os ajustes internos não adequaria a necessidade pelo recurso. O Complexo Hospitalar Municipal por sua



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

"30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!"

vez ampliou a sua oferta principalmente no que tange aos exames, entre eles: Endoscopia Digestiva Alta, Colonoscopia, Broncoscopia, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética, Densitometria Óssea, Nasofibroscoopia. Além disso, foram realizados 2 esforços concentrados aos fins de semana, com convocação de 2.000 pacientes para a especialidade de Cirurgia Vascular. Outra acertiva que melhorou o desempenho municipal, foi criação e aplicação de protocolos clínicos (que auxiliam a equipe assistencial das unidades básicas de saúde a melhorarem seus diagnósticos e orientarem seus tratamentos), além do telematriciamento e o matriciamento presencial (o médico especialista contratado do Município faz o contato com as unidades básicas de saúde que necessitam de suporte para a elucidação de suas potenciais dúvidas, em casos específicos) e os protocolos de acesso (razões clínicas e critérios prévios mínimos que justifiquem a necessidade do recurso solicitado). Com esse pull de ações vinculados a estes instrumentos supracitados, conseguimos fazer o uso racional da oferta, garantindo o acesso àqueles que realmente necessitam. Como suporte a essas ações, foi criado o núcleo de microrregulação nas UBS's, com 34 novos profissionais contratados. Estes profissionais receberam treinamento para realizarem os agendamentos conforme os protocolos, diretamente em suas respectivas unidades. Devido ao volume da demanda por recurso, houve o suporte por parte de um call center terceirizado. Eram 10 operadores diários em média. Em 2 meses, foram realizadas 38.522 ligações. Destas, foram agendadas 14.178 pessoas, 1.628 foram cancelados, 14.294 não atenderam e 7.886 pessoas obtiveram outros desfechos (registrados em sistema). Aqueles que não atenderam, foram devolvidos a sua UBS de origem, para que os agentes comunitários de saúde entrassem em contato, para realização do agendamento presencialmente, com protocolo de entrega. Além disso, manteve-se campanha constante para atualização cadastral nas UBS's.

RESULTADOS

Houve um acréscimo significativo na produção ambulatorial em 2017, quando em comparação ao ano anterior. No geral, ampliou-se os atendimentos em 32%, isso representa numericamente em 71.379 consultas a mais. As Policlínicas (Centro e Alvarenga) que prestam atendimento especializado de média complexidade, aumentaram sua produção mensal média em 75,5%. Isto principalmente com esforço concentrado na melhora da gestão de agenda, e na busca por resultados concretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos acerca da atenção especializada são escassos frente ao tamanho da demanda. É válido lembrar que boas práticas de gestão, como o monitoramento das clínicas para execução da capacidade instalada em sua totalidade, resolvem grande parte dessa problemática. Outro fato, são as parcerias público privadas, em ação complementar a oferta municipal. Neste contexto, São Bernardo do Campo garantiu aos seus munícipes um atendimento digno, de qualidade e equânime a toda população.